



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 6ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS-2013

2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49

No nono dia do mês de maio de 2013, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: **1º) Expedientes; 2º) Informes e Assuntos Gerais; 3º) Relato de Comissões; 4º) Proposta de Resolução RAG – 2011; 5º) Proposta Orçamentaria Final da SES/RS; 6º) Apresentação do Plano de Ação da Saúde do Homem DAS – SES/RS; 7º) Debates e encaminhamentos; 8º) Encerramento. Titulares:** Maria Catarina Silva, Camila Jacques, Vera Leonardi, João Pawlak, Ana Valls Atz, Arlei Santos, Celia Chaves, Zilá Cohen, Odil Gomes, Délcio Cruz, Eni Bahia, Adão Zandrêa, Sonia Silvestrin, Alcides Pozzobon, Débora Zaro, Elemar Sand, Ronaldo Bordin, Jairo Tessari, Luana Gehres **Suplentes:** Ana Maria Moreira, Tatiane Heller, Claudio Augustin, Maria Ely, Jeisson Rex, Leonildo Mariani, Aurelio Pereira, Miriam Kolinger, Luiz Ferreira, Paulo Ribeiro, Sandra Schmitt, Sandra Helena Silva. Célia Chaves anuncia a ausência de vários conselheiros devido a atividades de representação. **1º) Expedientes:** Ela comunica da reunião do Conselho Gestor do Hospital Tramandaí no dia 17 de maio; ela comunica de um convite, encaminhado pelo presidente Pedro Westphalen, para um expediente de homenagem a Semana Nacional da Enfermagem que ocorrerá no Auditório 20 de setembro da AL, no dia 16 às 14 horas; Cerimônia em Brasília, da sociedade de enfermeiros nacionais, dia 22 de maio, com entrega de prêmio. **2º) Informes e Assuntos Gerais:** João Pawlak faz uso da voz. Comenta que faz parte do Conselho Gestor do Hospital Geral de Caxias do Sul e comunica ao CES sobre o documento de prestação de contas do hospital. Ele passa os números do atendimento. Zilá se manifesta. Diz ter ido a um posto de saúde e em seguida foi à farmácia, onde disseram que o médico não estava credenciado. Teve que voltar ao posto, onde conseguiu o remédio. Pergunta quem é o responsável pelo credenciamento dos médicos ao SUS. Elemar Sand disse que isso é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, mas teria que ter um estudo melhor para saber o que aconteceu no caso. Francisco, do Centro de Saúde Modelo, diz que agora há a exigência do número do cartão do SUS para esse tipo de situação. Ele diz que o cartão deve ser solicitado pelo próprio médico. Miriam, representante do CRESS, diz que neste conselho, há pouco tempo, um representante do CMS falou sobre a proposta de que os médicos utilizarem o número do cartão do SUS. Ela questionou a proposta, argumentando que o que identifica o profissional é o CRM e ainda há o N° de Matrícula. Ela disse que ninguém além disso realmente se pôs contra. Célia Chaves diz que desconhece o fato quanto a exigência da retirada de remédios pelo nome comercial, que não vê isso acontecendo. Ela comenta que a questão da procuração é consequência das fraudes que estavam acontecendo no começo do programa da Farmácia Popular. Arleide, visitante, diz que o TCE deveria ir em cima das farmácias que fizeram tais fraudes. Ele comenta que as pessoas que definem as regras nos postos deveriam conhecer mais a realidade do que acontece. Délcio comenta que o CES possui uma resolução aprovada em nove de julho de 2006, onde diz que os remédios só podem ser solicitados por pacientes cadastrados no sistema. Ele comenta que alguns grupos como sindicatos retiram remédios de forma irregular, fazendo com que a demanda de medicamentos seja insuficiente e os pacientes não consigam retirar os remédios. Eni Bahia diz que deve ser feita a releitura da resolução para que seja feita uma melhor fiscalização nas farmácias populares, para que elas obedeçam a legislação. Ronaldo Bordin diz que esteve no ano passado na plenária, quando seria lançado um edital para três cursos de especialização à distância. Diz que os recursos estão chegando e nas próximas semanas o edital será lançado. Acha que deveriam criar um grupo de trabalho para cuidar do caso da distribuição de medicamentos e estudar os preços dos remédios, que é ascendente. Comenta que a Farmácia Popular cria uma tensão na discussão entre a distribuição de medicamentos em unidades públicas versus as farmácias do programa, que são entidades particulares subsidiadas pelo governo. Célia Chaves comenta que a Farmácia Popular é um programa de responsabilidade da União, não do Estado, por isso o caminho

50 de cobrança não é a SES e sim o Ministério de Saúde. Cláudio faz uso da voz. Diz que ficou  
51 agendado para este ano o trabalho de negociação, levando em conta itens não considerados ano  
52 passado. Comenta que fizeram uma discussão este ano e na segunda oportunidade o governo não se  
53 apresentou. Cláudio diz que a pauta de reivindicação não foi atendida e espera uma resposta do  
54 Governo para justificar o caso. Célia comenta que se deve fazer uma mesa de negociação mais  
55 efetiva e sugere que a questão seja pautada em uma próxima plenária. Elemar Sand faz uso da voz e  
56 diz que há outra leitura, que a negociação tem sido feita entre a CODIP e o Governo e que a SES  
57 tem se abdicando de participar, por decisão do Governo. **3º) Relato de Comissões:** Célia Chaves  
58 abre as inscrições. Não há manifestações. **4º) Proposta de Resolução RAG – 2011:** Célia pergunta  
59 se há alguma consideração quanto a nova proposta. Elemar Sand faz uso da voz e diz que gostaria  
60 de falar que a SES tem um posicionamento batalhador para que se tenha um orçamento cada vez  
61 mais adequado. Diz que com a evolução do SUS, a institucionalização e outros, estamos num  
62 novo momento. Em relação ao orçamento de 2011, a Secretaria está ciente que os números não são  
63 compatibilizados, mas de qualquer forma quer deixar claro ao Conselho que os esforços estão cada  
64 vez mais voltados para se ter uma negociação ampliada com os entes que se relacionam com a  
65 saúde. Comenta também que sabem que podem avançar bastante e que a SES quer avançar junto ao  
66 CES, sendo que apenas com os 12% não dá para atender todos os setores da saúde. Cláudio faz uso  
67 da voz e pede que se leia o documento. Comenta que chegou o momento do Estado assumir suas  
68 responsabilidades, pois a SES continua fornecendo incentivos fiscais às empresas e não fazendo o  
69 que a constituição manda. Célia Chaves faz a leitura do documento. Ela pergunta se há alguma  
70 manifestação. Com um voto contrário e uma abstenção, a Proposta de Resolução que **desaprova** o  
71 Relatório Anual de Gestão de 2011, foi aprovada. Célia pergunta se há alguém para apresentar a  
72 Proposta Orçamentária Final da SES/RS. **5º) Proposta Orçamentária Final da SES/RS:**  
73 Alexandre Nick, diretor adjunto do Fundo Estadual de Saúde, faz a apresentação da proposta. Célia  
74 comenta que essa proposta já foi aprovada na Assembléia, antes mesmo de passar pelo CES e que  
75 ela está sendo apresentada como ficou. Rafaeli faz uso da voz e comenta que é interessante a  
76 questão da prevenção e da promoção da saúde, mas que gostaria de discutir um assunto mais  
77 presente, que é o Hospital Regional de Gravataí. Diz que foi feita uma grande batalha por parte do  
78 município de Gravataí e dos demais municípios da região, envolvendo Conselhos Municipais de  
79 Saúde, prefeitos e vereadores, e que dura três anos. Segundo Rafaeli, o hospital seria construído no  
80 local pois é o melhor em questão de posição geográfica, estando melhor disponível aos municípios  
81 da região, mas seu projeto foi transferido para Alvorada onde o acesso fica difícil para eles. Célia  
82 diz que é um ponto a ser discutido na avaliação da proposta orçamentária, que eles ainda podem não  
83 aprovar. Elemar Sand diz caso como esse aconteceu em Alegrete e que a questão tem valores  
84 técnicos avaliados, sendo essas as razões da troca de lugar. Diz que um dos motivos é que ter  
85 hospital em Alvorada “desafoga” Porto Alegre e que não é Gravataí que tem prioridade, pois se  
86 pudesse colocaria hospitais em todos os municípios. Comenta que há um grupo de trabalho de  
87 técnicos definindo a área onde está sendo construído o hospital. Ana Maria, do Sindicato Médico,  
88 faz uso da voz. Ela destaca o item do hospital terapêutico e seu investimento. Ana relata alguns  
89 cálculos com os dados e questiona o valor, dizendo que é alto demais a princípio. A conselheira  
90 pergunta se esses recursos serão também usados nas demais casas terapêuticas. Cláudio se  
91 manifesta. Diz que a proposta está atrasada, que deveria ter sido passada ano passado no PES.  
92 Comenta que o que pode e deve ser feito é rejeitar a proposta orçamentária, sendo que o valor  
93 apresentado não chega aos 12%. Relata que em outubro do ano passado houve uma audiência com o  
94 Governador do Estado foi entregue à ele um documento e foi afirmado que os 12% não foram  
95 aplicados. O Governador admitiu que o valor não estava sendo aplicado. Cláudio pede que a SES  
96 apresente o cálculo que prove que os 12% estão sendo aplicados, pois, segundo seus cálculos, nem  
97 10% estão sendo. Implica que as exonerações fiscais devem constar na proposta orçamentária. O  
98 conselheiro pede que sejam feitos os cálculos certos, considerando os dados omitidos, e que eles  
99 sejam entregues às instituições, como a Prefeitura, o Tribunal de Contas e outros. Comenta que as  
100 entidades do CES devem cobrar a questão. Jairo faz uso da voz. Diz que na apresentação do Nick  
101 foi passado um dado que é de um valor que entrou no Estado por decisão do parlamento. Ele

102 comenta que foi retirado dos inativos, sendo repassado à saúde. Ele relembra que no PES fala dos  
103 hospitais regionais, sendo um deles destinado à região de Gravataí e nenhum à Alvorada. Na mesma  
104 lista de hospitais, consta um destinado à região de Palmeiras das Missões, onde já há um hospital  
105 com intervenção do poder público. Jairo diz que se pegar os valores líquidos vão chegar ao  
106 percentual. Recomenda o que Cláudio falou sobre as entidades se movimentarem mais e relembra a  
107 proposta do Paulo de que elas se reunam para discutir os valores do PES. Luis, da CUT, diz que o  
108 orçamento é uma peça de ficção. Diz que os valores somados no PES chegam à 2 bi, mas que esse  
109 aumento de recursos ainda não está sendo sentido pela população. Rodrigo, residente da escola de  
110 saúde pública, faz uso da voz e diz que o orçamento para o Hospital Sanatório Partenon não  
111 corresponde à realidade do local, que sofre com enchentes, falta de estrutura que preveja as  
112 condições de temperatura, fazendo com que os pacientes passem frio, além da má condição de  
113 trabalho à qual os trabalhadores são submetidos, adquirindo doenças como tuberculose. Odil faz uso  
114 da voz e diz que o desespero atual das pessoas foi resultado do não repasse de verbas anualmente. O  
115 conselheiro relata que todos os segmentos que estiveram no poder não deram a atenção devida ao  
116 SUS e não repassaram os valores necessários. Comenta que em um encontro com a Ordem dos  
117 Advogados foi difícil para o presidente Paulo ter chance de fala. Denuncia que em todos os  
118 governos acontece o fato do PES ser avaliado na Assembléia antes de chegar ao CES. Célia passa a  
119 voz para Elemar Sand responder. Elemar Sand faz uso da voz e diz que pelo lado pessoal concorda  
120 com os conselheiros. Comenta que infelizmente no país se vota em quem promete mais e não  
121 considera planos de ação. Diz que há um plano desde 2011 sendo executado, mas que há obras que  
122 são difíceis de ser executadas, mesmo havendo recursos. Sobre o hospital em Alvorada, diz que não  
123 foi definido ainda o local. Afirma que não estão sendo usados critérios políticos ou partidários para  
124 a escolha do município onde será construído o hospital. Diz que as obras e as execuções  
125 orçamentárias são difíceis de serem feitas. Relata que impediram vários hospitais de serem  
126 fechados. Quanto ao hospital de Palmeira das Missões, que recebeu intervenção pública, sofreu essa  
127 ação por parte do município e a construção do novo hospital é para atender a região. Na questão da  
128 morte de crianças, diz que o trabalho está avançando. Comenta que é óbvio que se deve dar mais  
129 atenção à prevenção, mas que também é óbvio que nessa questão seja incluído o pré-natal. Diz que  
130 hoje em dia está se trabalhando no Ministério o fechamento de hospitais com menos de trinta leitos.  
131 Alexandre faz uso da voz e diz que tem 18 anos de SES, que não é filiado a qualquer partido, então  
132 tem bastante tranquilidade para falar que na gestão do Secretário Ciro nunca teve problemas de  
133 preferência de trabalho decorrente do partido da pessoa. Diz que todos lá são recebidos igualmente.  
134 Comenta também que ninguém falou que será em Alvorada o hospital que seria para Gravataí.  
135 Relata do hospital psiquiátrico e diz que o valor de 5 milhões foi solicitado pois não teve previsão  
136 do que seria gasto e o dinheiro que sobrar será redirecionado à outros projetos. Diz também os  
137 dados que foram colocados no orçamento se refere à parte que a SES administra, existindo outras  
138 partes administradas por outros órgãos. Célia faz uso da voz e comenta as denúncias da não  
139 aplicação dos valores. Cláudio se manifesta e diz que o que está em discussão é o orçamento da  
140 saúde do Estado do Rio Grande do Sul e há, na legislação, quem é responsável pela gestão. Diz que  
141 o gestor tem responsabilidade legal sobre isso. Comenta que os recursos não estão chegando aos  
142 12%. Solicita que a SES se abstenha de divulgar na mídia os valores falsos. Cláudio fala que dentro  
143 do CES se deve ter uma posição sobre a matéria. Cobra, também, que se pare com as exonerações  
144 fiscais. Sugestiona que o CES entrem em ações como partes, sem ficar dependendo do MP. Diz que  
145 é inaceitável que o orçamento do Estado seja feito irregularmente. Elemar Sand faz uso da voz e diz  
146 que consideram o IPE como parte do orçamento da saúde. Comenta que se fizer um cálculo com  
147 bom raciocínio se verá que o caminho de construção do SUS está avançando com isso. Célia faz uso  
148 da voz. Diz que o que Cláudio falou sobre os 12% que não estão sendo alcançados. Quanto à  
149 divulgação equivocada dos dados, ela diz que o que podem fazer é solicitar ao Governo do Estado  
150 que não os divulgue, uma vez que eles mesmo reconhecem que não estão corretos. Na questão das  
151 partes de distribuição de verba do SUS que são tão questionáveis quanto viáveis de recebimento, ela  
152 diz que devem colocar no papel. Rodrigo faz uso da voz e diz que levantar problema sem propor  
153 solução não resolve qualquer coisa. Sugere ao CES que peça à gestão o detalhamento do plano,

154 explicando de onde vem cada valor e para onde vai. Propõe para que se saiba qual é a situação real  
155 desse projeto de melhoria de saúde do trabalhador e dos pacientes que foi encaminhado pela direção  
156 do hospital, pois uma vez que o projeto sai do hospital fica fora de sua vigilância. Célia se  
157 manifesta e diz que o CES tem esse detalhamento e acessá-lo não é problema. Comenta que o CES  
158 tem dificuldade em acompanhar todas as informações em questão da saúde, mas que ainda é sua  
159 obrigação. Ela sintetiza o encaminhamento, dizendo que os grupos discutam e tragam suas  
160 considerações na próxima plenária. Célia relembra os conselheiros sobre algumas informações da  
161 viagem para o Seminário Macrorregional em Pelotas. Miriam faz uso da voz e passa mais algumas  
162 informações. Célia comenta sobre a reunião que houve pela manhã sobre o PES e diz que deveriam  
163 ter sistematizado as contribuições encaminhadas ao conselho, mas por causa das discussões não foi  
164 possível fazer a sistematização. Ela abre para que os conselheiros integrem ao grupo de trabalho  
165 que fará tal tarefa. **6º) Apresentação do Plano de Ação da Saúde do Homem DAS – SES/RS:**  
166 Carlos Antônio da Silva, da SES, faz a apresentação do Plano de Ação da Saúde do Homem. Célia  
167 propõe que se agende para a próxima plenária uma resolução sobre o plano. Ela abre as inscrições  
168 para manifestações. Ana Valls faz uso da voz e questiona o porque do PES não ser apresentado tão  
169 bem quanto o Plano de Ação da Saúde do Homem. Ela pergunta o que consta no Plano de Ação da  
170 Saúde do Homem e que consta também no PES ou se são planos independentes. Odil Gomes faz  
171 uso da voz e comenta que participou na Assembléia Legislativa do Estado de um debate e que  
172 pareceu ter o início um grande avanço nesse sentido, mas não realmente aconteceu. Diz que é  
173 importante algo que foi abordado, que é o fato dos postos de saúde fecharem antes mesmo dos  
174 cidadãos chegarem em casa. Relata que tentaram ter um posto em Canoas que ficasse aberto 24  
175 horas. Comenta também que o homem não toma conta da própria saúde. Ele pergunta por que há  
176 ainda essa mentalidade pequena. Diz que apoiará do trabalho. Carlos Antônio diz que o PES só  
177 apresenta a linha geral, então estão em consonância com o que consta no PES. Comenta que  
178 precisam de parceiros para ajudar e que façam os médicos terem um olhar diferente para o homem.  
179 Diz que precisam dar mais atenção ao homem, que foi bastante negligenciado na estrutura da saúde.  
180 Relata que os municípios tem recursos disponíveis e autonomia para fazer programas nessa área.  
181 Célia Chaves faz o encaminhamento para o encerramento do ponto e relembra que na próxima  
182 plenária ainda é possível fazer considerações do Plano de Ação da Saúde do Homem. Ela pergunta  
183 se há ainda alguma manifestação. Miriam Kolinger diz que também deve-se ter uma atenção ao  
184 adolescente, usando a saúde escolar. Carlos diz que é importante salientar que a SES e a Secretaria  
185 Estadual de Educação estão trabalhando projetos em conjunto e pergunta se não seria interessante o  
186 CES discutir algo quanto a isso numa próxima plenária. Célia Chaves encerra o ponto da pauta.  
187 Nada mais havendo a tratar, Célia Chaves, Vice Presidente do CES/RS, deu por encerrada a  
188 Plenária, da qual eu, João Pedro Brutschin Severo, lavei a presente ata que, após leitura e  
189 aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 09 de maio de 2013.

190  
191 Paulo Humberto Gomes da Silva  
192 Presidente do CES/RS

Célia Chaves  
Vice Presidente do CES/RS

193  
194  
195 Alfredo Gonçalves  
196 Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro  
Coordenadora do CES/RS

197  
198  
199 Jairo Francisco Tessari  
200 Coordenador do CES/RS

Elemar Sand  
Coordenador do CES/RS

201  
202  
203 Carlos Alberto Ebeling Duarte  
204 Coordenador do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes  
Coordenador do CES/RS